



Psicologia USP
ISSN: 0103-6564
revpsico@usp.br
Instituto de Psicologia
Brasil

Moutinho Costa, Janaina
Orientação profissional: Um outro olhar
Psicologia USP, vol. 18, núm. 4, outubro-diciembre, 2007, pp. 79-87
Instituto de Psicologia
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305123724005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UM OUTRO OLHAR¹

Janaina Moutinho Costa²

Resumo: O artigo traz a experiência da autora num projeto social com um grupo de orientação profissional, evidenciando a importância dessa área da psicologia como fator de mudanças sociais e a possibilidade de se promoverem grupos de orientação profissional em escolas públicas e/ou em projetos sociais, permitindo aos adolescentes pobres fazerem escolhas profissionais conscientes e construir seu projeto de vida.

Palavras-chave: Orientação profissional. Escolha profissional. Projeto de vida.

Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os resultados de um Projeto de Orientação Profissional desenvolvido no período de 1999-2004 entre adolescentes na faixa etária de 13-18 anos, moradores de uma favela em Belo Horizonte, que lhes permitiu expressarem suas dúvidas, desejos e decepções em relação aos estudos, ao mercado de trabalho e ao futuro.

Visa também ampliar a discussão entre os profissionais de orientação profissional, no sentido de se percebê-la como uma possibilidade de transformação social.

E, afinal, neste contexto de desemprego e de difícil inserção no mercado de trabalho, poderia a orientação profissional cumprir seus objetivos? Destaco um desses objetivos citado por Carvalho (1995): “trata-se do movimento do ser huma-

1 O projeto aqui apresentado resultou na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Gestão das Cidades, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, defendida em julho de 2003, com o título: “Inserção do Jovem de Baixa Renda no Mercado de Trabalho Formal: Estudo da Vila São Rafael”, sob orientação da Profa. Magda de Almeida Neves.

2 Psicóloga clínica, Mestre em Ciências Sociais. Email: psicoja@ig.com.br

no no sentido de encontrar seu lugar no sistema produtivo de seu meio social” (p. 45).

Psicologia e orientação profissional

Há uma idéia equivocada sobre o lugar da orientação vocacional no atual cenário da educação e do trabalho, pois as mudanças do próprio mercado de trabalho exigem um profissional polivalente; assim, está ultrapassado o modelo de orientação profissional pelo qual o orientando teria medidas suas características pessoais e estas se “encaixariam” numa profissão (Jenschke, 2002).

Embora isso seja verdade, há uma busca mítica pela orientação profissional, a crença de que o processo traga uma resposta mágica e solucione as angústias decorrentes da escolha de uma profissão.

Quando se considera a orientação profissional como a possibilidade de uma escolha, esta é muitas vezes oferecida a indivíduos das classes média e alta (Lisboa, 2002). Chama-nos a atenção, pois tal situação pode levar o próprio profissional de orientação profissional a introjetar esse modelo, esquecendo-se de que a proposta da orientação profissional “reside na preocupação do significado do trabalho para a sociedade, na sua construção, na sua transformação, na formação de valores, no compromisso com a constituição de uma sociedade pautada em determinados princípios” (Lisboa, 2002, p. 44).

Diante de tal realidade, na última década, as discussões têm se voltado para a formação do psicólogo e, segundo Valore (2002), a perspectiva é de um profissional comprometido com a comunicação e com o desenvolvimento de relações comunitárias.

A preocupação se volta para uma profissão e, conseqüentemente, um profissional que possa incluir e não excluir as pessoas através da promoção da saúde. Nesse sentido, a orientação profissional tem contribuições importantes a dar não só como área da psicologia, mas também como ferramenta de reflexão para questões do mundo do trabalho contemporâneo.

Em anos recentes, os Conselhos de Psicologia visam que as “práticas psi” possam favorecer os direitos humanos, possibilitando a inclusão social (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2003). Patto (2003) nos indica que uma prática psicológica que ignora as desigualdades sociais corre para transformá-las em desigualdades psíquicas, levando os psicólogos a desconsiderarem o social e, assim, a não transformá-lo.

Quando se tenta restringir a orientação profissional a um determinado público, há pelo menos duas implicações: uma que direciona a escolha profissional para os cursos de nível superior e, nesse ponto, é importante salientar que escolher um curso ou profissão não significa ingressar numa faculdade. A segunda diz respeito a idéias preconcebidas

de que o aluno da escola pública ou “pobre” não tem direito a escolher - sua condição é ser carente, vitimado pela situação econômica.

Valore (2002) acredita que a prática da orientação profissional em escolas públicas permite ao psicólogo analisar os mitos em torno do êxito e do fracasso daqueles alunos, favorecendo o exercício das escolhas dos sujeitos a fim de que desenvolvam uma postura ativa em busca de informações, ideais e objetivos.

Parece que – ainda – há a idéia de que alguns são aptos para “fazer” e outros, para “mandar”, prevalecendo uma máxima do Estado desenvolvimentista brasileiro: “O Estado desenvolvimentista não precisava de cidadãos e sim de fatores de produção e de massa e de manobra política” (Velloso, 1994, p. 11). Por isso Saviani (1986) afirma que houve uma separação entre educação e cidadania, tendo aquela servido para ajustar os indivíduos ao mercado de trabalho e relegando-se a idéia da acessibilidade da educação a todos, independentemente de sua condição social ou racial. E essa condição agora vem mudando, diante da necessidade da chamada inclusão social em relação à educação como uma prioridade no sentido de permitir o crescimento do país e também exigida pelo mercado de trabalho.

Assim, a orientação profissional não se restringe às classes economicamente favorecidas, mas procura atuar em todos os níveis, seja propiciando informação sobre a realidade do mercado de trabalho e do país, seja permitindo o conhecimento de si mesmo (Muller, 1986), portanto, seu objetivo inclui um projeto para a vida.

Nesse sentido, Jenschke (2002) defende uma orientação profissional que “prepare as pessoas para enfrentarem as permanentes transformações sociais e as situações da vida do indivíduo” (p. 24).

Por outro lado, o fato de reconhecermos, como psicólogos, que o aluno de escola pública (pobre) pode escolher porque é um ser humano, independentemente de seu nível socioeconômico, não significa que devemos levar até eles um discurso “do pensamento positivo”, segundo o qual basta querer para conseguir.

Na condição de profissionais de psicologia, não podemos nos esquecer do indivíduo em seu contexto social, como bem caracterizam Pichon-Rivière e Quiroga (1998, p.25): “Obter um conhecimento objetivo da unidade bio-psico-social que é o homem requer que nosso ponto de partida na análise sejam os sujeitos em sua realidade imediata, em suas condições concretas de existência, em sua cotidianidade.”

Assim, a orientação profissional faculta uma escolha profissional que esteja em sintonia com o conhecimento de si mesmo e da realidade do mercado de trabalho em que se insere o orientando, uma escolha refletida e discutida que envolve angústia, dificuldades, concessões e também alegrias, no sentido de a pessoa se assumir como responsável por si.

Não é papel da orientação profissional direcionar a escolha profissional para cursos de nível superior ou para aqueles que a sociedade acredita serem financeiramente gratificantes.

Tratando-se de pessoas em uma condição socioeconômica baixa, é importante lembrar que as escolhas continuam presentes - vejam-se os alunos que decidem continuar os estudos mesmo mediante dificuldades financeiras e os que decidem estudar e trabalhar.

O Projeto de Orientação Profissional

O Projeto de Orientação Profissional começou em agosto de 1999³, entre adolescentes moradores de uma favela em Belo Horizonte, que falaram sobre sua vida, expuseram suas dúvidas sobre o mercado de trabalho e refletiram sobre as possibilidades do estudo e sobre profissões.

A princípio, eu não sabia que caminho percorreria, pois, em minha experiência profissional como orientadora, lidava com adolescentes em dúvida quanto à profissão a seguir ou ao curso a escolher. Aqueles “novos clientes” não tinham essas indagações - para eles, a idéia de dúvidas profissionais parecia distante e, ao mesmo tempo, se mostravam curiosos quanto ao meu trabalho e ao de outros profissionais envolvidos no projeto social que atuava ali⁴. Eles queriam entender o que era uma faculdade, como se entrava, o que era ensino médio, curso técnico. O espaço da orientação profissional era o da permissão para expressassem suas dúvidas.

Percebi, então, que o Projeto tinha que ser ampliado, ou seja, que o processo de orientação profissional com um número preestabelecido de sessões não seria suficiente para aqueles adolescentes, que demandavam mais tempo, pois era a primeira vez que se sentiam à vontade para se expor. Assim, mudou-se o nome para Informação Profissional, uma fase importante da orientação profissional e que, naquela situação, ampliava o leque de ações com os adolescentes.

Estabeleceram-se encontros semanais que duravam em torno de uma hora e meia, com um grupo de 10 adolescentes freqüentes, com idades entre 13 e 18 anos. No primeiro encontro, havia 22 jovens, mas, ao se explicitarem os objetivos do Projeto - e que não haveria emprego para nenhum deles -, ficaram aqueles que tinham interesse em discutir as questões referidas.

As primeiras técnicas permitiram que falassem sobre a vida, a escola, o trabalho e o futuro. Numa conversa inicial, parecia que eles sabiam exatamente o que estavam fazendo na escola e que esta representava

3 O Projeto se estendeu até o ano de 2004, atendendo a uma média de 15 adolescentes por ano.

4 Projeto CAEB (Centro de Apoio Educacional Bíblico), desenvolvido numa favela da região leste de Belo Horizonte.

um marco importante em sua vida. Diziam coisas como “estou estudando para ser alguém na vida” e “estou estudando para ter uma profissão”, entre outros chavões clássicos, repetidos por professores e pela sociedade, mas, ao serem perguntados se acreditavam no que diziam, mostravam-se indiferentes ou incrédulos. Cabe ao psicólogo indagar as dificuldades de cada indivíduo dentro de determinado grupo (Pichon-Rivière & Quiroga, 1998).

Mas sabemos que todo cliente chega trazendo em sua bagagem aquilo que lhe possibilita viver bem e de acordo com a sociedade em que se insere. Para que o cliente pense sobre suas questões, é preciso haver uma atitude de escuta e diálogo - só assim há possibilidade de crescimento e de escolha. A possibilidade de indagar sobre o cotidiano dos indivíduos lhes permite desvendarem sua história e reescreverem-na.

Essa atitude permitiu que manifestassem a insatisfação e a descrença nos estudos. Expressavam a indignação com alguns professores que os viam como incultos, incompetentes e marginais. Então, estudavam por obrigação, o estudo não trazia nenhuma possibilidade de realização e o futuro era algo distante e predeterminado: seguiriam as profissões dos pais ou de familiares - os meninos seriam serventes de pedreiro ou fariam “bicos”, e as meninas tinham a idéia de que ter um filho possibilitaria a conquista de uma pensão ou cogitavam até mesmo a prostituição, que é vista como “profissão”.

Aqueles que gostariam de cursar uma faculdade às vezes são ridicularizados pelos colegas e não são levados a sério nem pela família. É importante frisar que, quando pensam em faculdade, os cursos mencionados são o Direito e a Medicina, o que revela um grande desconhecimento do mercado de trabalho, optando apenas pelas profissões mais conhecidas e que – ainda hoje – são socialmente valorizadas.

O grupo, na verdade, se estendeu por quase um ano, e, assim, ampliou-se a questão da orientação profissional, visando que eles se reconhecessem como cidadãos e percebessem o contexto sócio-político-econômico do país e da cidade em que vivem. As visitas a pontos turísticos da cidade e a escolas ou locais que ofereciam cursos gratuitos ou a baixo custo ampliaram as informações e o conhecimento não só profissional, mas cultural e crítico em relação à cidade onde vivem.

Sua distância em relação à cidade e seu desconhecimento das oportunidades que ela oferece - ainda que pequenas - mostram como a pobreza acaba por nutrir a idéia de não pertencimento e a falta de vínculos com a sociedade em que se vive. As pessoas acreditam que não têm mais direitos - que não têm direito de exigir seus direitos e, muitas vezes, desconhecem que os têm. São estranhos, estrangeiros em seu próprio país. De acordo com Simmel (1983), “o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que, se, de um lado, são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado, estão fora dele e o confrontam” (p. 183).

Aqueles que questionavam o Projeto argumentavam que as oportunidades são muito poucas, e ele poderia gerar nos adolescentes falsas expectativas. Vale salientar que não é tarefa do psicólogo fazer as escolhas pelo outro, mas possibilitar-lhe que as faça e assuma as consequências que delas advenham. Fazia parte do Projeto deixar que os adolescentes percebessem as dificuldades e limitações, bem como as possibilidades e soluções.

A importância de valorizá-los como pessoas já nos mostra um caminho a percorrer. A diferença entre eles e os adolescentes da classe média que nos procuram no consultório para orientação profissional está ligada ao fato de eles serem pessoas que se questionam sobre o que farão no futuro e, mesmo que não seja uma preocupação pessoal, há uma variedade de parentes e professores para lembrá-los de que precisam escolher uma profissão - pessoas que acreditam e investem neles.

Essa não é a realidade do adolescente da favela - não se acredita que ele possa ir além do que está predeterminado ou se acredita que, ao escolher ser um pedreiro, será feliz e competente nessa profissão. Na maioria das vezes, as famílias não têm como investir nos estudos dos filhos, e os adolescentes, a partir de uma determinada idade, precisam colaborar no sustento da casa e têm de conciliar estudos e trabalho ou desistir dos estudos.

Os objetivos do Projeto foram sendo alcançados: a valorização dos estudos, o conhecimento do mercado de trabalho e das profissões possíveis, bem como suas dificuldades e possibilidades.

Ficou evidente que a escola é um agente importante na escolha profissional, pois ela atua como uma janela pela qual os adolescentes vislumbram o futuro, mas, quando se trata do adolescente morador de uma favela, a escola se torna excludente, ditando quem pode ou não se projetar para o futuro, quem será "alguém na vida" e quem não será. Para alguns professores, tais alunos não são "possíveis" - são os excluídos. Os adolescentes trazem a marca dessa exclusão: a dor, a revolta contra os professores e contra a escola. A escola precisa reconhecer sua possibilidade de agente transformador.

No grupo, veio à tona seu potencial como agente transformador, quando um deles disse que não iria estudar, seria lixeiro. Surpresa, para ele, foi ver aceita sua opinião - se aquela era sua escolha, seria ótima, que fosse um bom profissional. Sua colocação foi importante para se discutir se realmente não era preciso estudar, sobre a concorrência e sobre as exigências para um concurso público, outra possibilidade desconhecida. De posse de classificados de jornais, desvendaram essas exigências e perceberam como poderiam começar a construir sua inserção e os estudos como necessidade, num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Os vários grupos de orientação profissional desenvolvidos ao longo dos cinco anos foram marcados pela pequena participação de meninas.

Há aí uma diferença significativa. Vivemos numa sociedade em que as mulheres conquistaram espaços importantes no mercado de trabalho e muitas adolescentes querem ter uma profissão, mas as jovens moradoras da favela parecem estar distantes dessas conquistas. Talvez a falta de modelos femininos com participação efetiva no mercado de trabalho colabore para a baixa expectativa que demonstram em relação ao futuro, pois a maior parte de suas mães trabalha como diarista ou empregada doméstica (sem carteira assinada), é mal remunerada, sustenta a família e, ao chegar em casa, faz o mesmo serviço. Poucos são os maridos ou companheiros que colaboram nas despesas e em alguns casos o dinheiro fica no bar.

Um outro complicador é a gravidez na adolescência. Não é incomum que se interrompam os estudos e se tenha mais de um filho nessa fase da vida. Elas se mostram mais descrentes em si do que os meninos. O Projeto permitiu inclusive que pensassem no que fazer para evitar uma gravidez indesejada e até que ponto um filho estaria nos seus planos. Das participantes dos grupos de orientação profissional, nenhuma engravidou e algumas já almejam continuar os estudos e ter uma profissão.

Esse Projeto mostra que existe a possibilidade de uma escolha profissional consciente e fundamentada na realidade psicossocial, assim como que ela seja desenvolvida como política educacional e quiçá incluída em vários projetos sociais e educacionais.

Vocational guidance: One another look.

Abstract: This paper brings the experience of the author in a social Project with a vocational guidance group, putting in evidence the importance of this area of psychology as an active factor of social changes. It also enables this kind of group work to be carried out in public schools and/or in social projects, allowing poor adolescents to make conscientious professional choices and to construct their project of life.

Keywords: Vocational guidance. Occupational choice. Life project.

Orientation professionnelle: un autre regard.

Résumé: On apporte une expérience vécue au sein d'un groupe d'orientation professionnelle participant à un projet social, en soulignant l'importance de ce domaine de la Psychologie comme facteur de changement social en tant qu'une pratique qu'il est possible d'organiser dans les écoles publiques permettant aux élèves de ces institutions scolaires de faire un choix professionnel fondé sur un projet de vie.

Mots-clés: Orientation professionnelle. Choix professionnel. Projet de vie.

Orientación profesional: una otra mirada.

Resumen: El artículo trae la experiencia de la autora en un proyecto social con un grupo de orientación profesional, evidenciando la importancia de esta área de la psicología como factor de cambios sociales y la posibilidad de que grupos de orientación profesional puedan llevarse a cabo en las escuelas públicas y/o proyectos sociales, permitiendo que los adolescentes pobres hagan opciones profesionales conscientes y construyan su proyecto de vida.

Palabras-clave: Orientación vocacional. Elección profesional. Proyecto de vida.

Referências

- Carvalho, M. M. M. J. (1995). *Orientação profissional em grupo. Teoria e prática*. Campinas, SP: Editorial Psy II.
- Costa, J. M. (2003). *Inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho formal: Estudo da Vila São Rafael – Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, PUCMinas, Belo Horizonte.
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*. Brasília, DF: Autor.
- Jenschke, B. (2002). Educação profissional em escolas em uma perspectiva internacional. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional. Novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa* (pp. 23–31). Porto Alegre: Artmed.
- Lima, M. T. (2007). *Orientação profissional. Princípios teóricos, práticas e textos para psicólogos e educadores*. São Paulo: Vetor.
- Lisboa, M. D. (2002). Orientação profissional e mundo do trabalho. Reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional. Novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa* (pp. 33–49). Porto Alegre: Artmed.
- Muller, M. (1986). *Orientação vocacional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Patto, M. H. S. (2003). Direitos humanos e a atuação na educação. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos* (pp. 13–15). Brasília, DF: CFP.
- Pichon-Rivière, E., & Quiroga, A. P. (1998). *Psicologia da vida cotidiana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Saviani, D. (1986). Educação, cidadania e transição democrática. In M. L. M. Covre (Org.), *A cidadania que não temos* (pp. 71–81). São Paulo: Brasiliense.

- Simmel, G. (1983). O estrangeiro. In E. Moraes Filho (Org.), *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Valore, L. A. (2002). Orientação profissional em grupo na escola pública. Direções possíveis, desafios necessários. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional. Novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa* (pp. 115-131) Porto Alegre: Artmed.
- Velloso, J. P. R. (1994). Modernidade e pobreza: a construção da modernidade econômica social. In J. P. R. Velloso & R. C. Albuquerque (Orgs.), *Modernidade e pobreza*. São Paulo: Nobel.

Recebido em: 04/09/2006

Aceito em: 05/02/2007